

O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL DURANTE AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CALIXTO, Matheus¹

MAROTO, Amauri²

RESUMO

No âmbito escolar, a prática de exercícios físicos é considerada fundamental para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e motor dos alunos, oportunizando também um ambiente favorável para desenvolver a cooperação, a socialização, a coletividade e o respeito entre eles, independentemente de qualquer limitação física. Sendo assim, este trabalho leva em consideração o fato de que muitos espaços sociais foram negados à pessoa com deficiência, principalmente o espaço educacional escolar, em especial nas aulas de Educação Física. Ter acesso a um sistema educacional inclusivo em todas as etapas da educação, em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico e social, pressupõe a adoção de medidas de apoio específicas para garantir as condições de acessibilidade necessárias à plena participação e autonomia dos estudantes com deficiência. Durante o ensino fundamental, o ponto central da Educação Física é o desenvolvimento da cultura corporal por meio do movimento, dando ênfase a atividades como danças, jogos e esportes, lutas corporais, brincadeiras etc. Mas quando se refere a alunos com necessidades especiais, é importante que muitos cuidados sejam tomados, como o tipo de necessidade especial apresentada por eles, pois cada necessidade requer procedimentos específicos. Desta forma, através da revisão de literatura, este trabalho tem por objetivo geral, apresentar possibilidades de contribuição com o processo de inclusão educacional no Ensino Fundamental durante as aulas de Educação Física. As aulas de Educação Física são apreciadas pela grande maioria dos alunos e, o docente preocupado com a aprendizagem de todos os seus alunos e exercitando a consciência inclusiva, terá a possibilidade em auxiliar de forma efetiva para o processo de inclusão educacional.

Palavras-Chave: Educação Física; Ensino Fundamental; Inclusão Educacional.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho leva em consideração a compreensão de que o ambiente escolar é o local onde o indivíduo está se “formando”, sendo presumível que também é o local onde o processo de socialização está acontecendo. Segundo Freire (2006), a escola deve ser entendida, não só como parte da sociedade, mas como ambiente de exercício da cidadania, expressa no

¹ Matheus Calixto - Acadêmico do curso de Educação Física da FIRA-Faculdades Integradas Regionais de Avaré – 18700-902 – Avaré-SP.

² Orientador - prof. Mestre Amauri Maroto - Faculdades Integradas Regionais de Avaré - FIRA- Avaré/SP

compromisso do indivíduo em atuar na sociedade com seus plenos direitos e deveres.

A escola tem como função social a preparação dos indivíduos para a sociedade e, para tanto, deve atentar em sua política educacional e em sua postura pedagógica a fim de receber as crianças com necessidades educacionais especiais num processo de inclusão que vai além de receber essas crianças dentro dos muros da escola, mas proporcionar um convívio harmônico e de construção de conhecimentos efetivos (WERNECK, 2007).

Durante o ensino fundamental, o ponto central da Educação Física é o desenvolvimento da cultura corporal por meio do movimento, dando ênfase a atividades como danças, jogos e esportes, lutas corporais, brincadeiras etc. Mas quando se refere a alunos com necessidades especiais, é importante que muitos cuidados sejam tomados, como o tipo de necessidade especial apresentada por eles, pois cada necessidade requer procedimentos específicos (GORGATTI, 2008).

Após todas as precauções de segurança garantidas, a escola e o professor devem fazer adaptações para que assim a participação desses alunos nas aulas de Educação Física seja possível. O professor tem que desenvolver um papel flexível, fazer adaptações nas regras, nos planos de ensino, nos materiais utilizados; o mais importante é que os demais alunos possam conviver bem com essas adaptações, aumentando as possibilidades para o princípio da inclusão (DARIDO, SOUZA-JÚNIOR, 2007).

Tendo isto como contexto, surge como problemática: Como a Educação Física pode contribuir com o processo de inclusão educacional durante as aulas com alunos do Ensino Fundamental?

De acordo com Pontes (2020), no âmbito escolar, a prática de exercícios físicos é considerada fundamental para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e motor dos alunos, oportunizando também um ambiente favorável para desenvolver a cooperação, a socialização, a coletividade e o respeito entre eles, independentemente de qualquer limitação física.

Souza (2004) relata que a inclusão dos alunos com deficiência nos ambientes educacionais e principalmente nas aulas de Educação Física é uma realidade cada vez mais marcante. A disciplina se apresenta como um foro para celebrar as diferenças corporais, oferecendo oportunidades de ressignificar, divulgar e fortalecer valores e manifestações que perpetuem a expressão de identidades, a valorização da cultura e do direito do cidadão brasileiro.

Este trabalho ao optar pela docência no Ensino Fundamental, em especial do processo de inclusão educacional durante as aulas de Educação Física, se utiliza da revisão de literatura e por isso, num primeiro momento se vale da pesquisa e leitura de artigos, livros e revistas da

área esportiva e educacional didático/pedagógicas que tratam do tema. Assim, serão selecionados artigos e periódicos em Bases de dados como SciElo e Google Acadêmico, se utilizando das palavras – chave: “Inclusão Educacional e Educação Física” e “Educação Física no Ensino Fundamental” e “Planos de aulas adaptados para inclusão educacional”.

Foram selecionados aqueles que estejam completos, em Língua Portuguesa e tenham ligação direta com o objeto de pesquisa. As informações colhidas serviram de norte para a elaboração deste trabalho que, para garantir maior rigor metodológico, se vale da pesquisa qualitativa. Através da revisão de literatura e da pesquisa qualitativa é possível aferir as possibilidades de intervenção educacional durante as aulas de Educação Física que contribuam com o processo de inclusão educacional durante as aulas de Educação Física.

Na pesquisa qualitativa, o importante é interpretar e compreender o fenômeno social como um todo, aceitando a possibilidade da existência de várias interpretações para um mesmo tema-problema. É descritiva e a preocupação maior é com o processo e não apenas com os resultados e o produto (SEVERINO, 2007).

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. INCLUSÃO EDUCACIONAL

Uma educação inclusiva atenta a diversidade inerente à espécie humana, busca atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos: garantia de cidadania. Para tal, a prática pedagógica deve ser coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível. A educação inclusiva aponta para uma sociedade também inclusiva, que respeita as diferenças e promove a conscientização de seus indivíduos do direito que todos têm à participação social (TESSARO, 2005).

Neste contexto, cabe à escola, dentro do processo de desenvolvimento da Inclusão Educacional oportunizar espaço físico, material etc. que auxiliem nesse processo. Não basta inserir os alunos no interior das escolas, sem a preocupação com a qualidade de educação oferecida. Se a ideia é uma sociedade inclusiva, o caminho é, também, uma educação inclusiva.

A criança com deficiência deve estar inserida em ambiente coletivo para que se estabeleça contato com outras crianças e aos poucos vá se construindo identidades capazes de vencer as barreiras da indiferença; para que se construam cidadãos cientes de que a cidadania

se constrói na inter-relação de pessoas, do contato/conflito entre pares, convívio que afasta todo tipo de preconceito (MAZZOTA, 2001). Vencer as barreiras históricas e epistemológicas impostas pela sociedade e consequentemente pela escola é um dos maiores obstáculos para uma educação inclusiva.

A proposta de educação inclusiva traz em si a luta para romper com a ideia de inserção apenas física das crianças com deficiência na rede regular, como é vista por grande parte das pessoas. Essa educação inclusiva se contrapõe a todo e qualquer tipo de discriminação, e nessa perspectiva a escola precisa rever todos os seus conceitos, em busca de uma educação que respeite a heterogeneidade. Não é tarefa fácil para uma instituição que se acostumou à padronização, que excluiu de seu espaço qualquer forma de diversidade (MONTANO, 2006). De acordo com Tessaro (2005), a Declaração de Salamanca (UNESCO), criada em

1994, na Espanha, chama a atenção dos governantes para o atendimento das pessoas com deficiência na rede regular de ensino quando institui que cada criança tem características, interesses, capacidades de aprendizagem que lhe são próprios; os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades.

Embora haja divergências de alguns teóricos quanto à forma de efetivação do processo de inclusão educacional, é importante ressaltar que a inclusão é um processo em andamento. Não há como pensar na prática docente sem ter olhos para a inclusão. Para Montano (2006), o processo de inclusão deve ser total, de forma radical, completa e sistemática, onde todos os alunos devem frequentar as salas de aulas do ensino regular. Omote (1999) defende que nem todos os tipos de alunos com deficiências podem ser incluídos nas classes regulares, defendendo que deve haver critérios bem definidos para que, ao invés de ajudar os alunos, se possa levar a uma segregação maior. Tessaro (2005) diz que a inclusão somente pode ocorrer se a escola passar por uma reestruturação, voltada para a comunidade, incentivando a colaboração e a cooperação, oferecendo ambientes flexíveis que favoreçam a construção de identidades, buscando a formação cidadã e promovendo a socialização.

Partindo desses pontos de vista, é visível que a inclusão é um processo complexo, onde a escola e as políticas públicas devem agir de forma responsável. Como problemática neste ponto, se situa em esperar a escola ficar pronta para receber as crianças com deficiência ou esperar acontecer a inclusão para pensar depois. De um modo ou de outro vale ressaltar que a

sociedade deve participar de todo o processo, promovendo uma verdadeira revolução, o que pressupõe uma mudança de mentalidade, um vencer resistências.

Para Sassaki (1997), a inclusão é um movimento social de grande repercussão e tem como pressuposto a igualdade entre os homens, ou seja, a luta contra qualquer forma de discriminação. É caracterizado pela organização de grupos que sofreram fortes impactos sociais que o mantiveram numa situação de total abandono por parte dos poderes públicos e da sociedade como um todo, que atuam para garantir sua inserção no mundo econômico, cultural e social.

Para Werneck (1997), quando se fala em inclusão de pessoas, deve-se pensar no significado etimológico da palavra incluir que é abranger, compreender, somar; portanto, na educação com pessoas com algum grau de deficiência se vislumbra trazê-la para perto, dar a ela o direito de ter as mesmas experiências, aceitar o diferente e aprender com ele. Importante é se verificar que a escola é um canal de mudança, portanto a inclusão de crianças com algum tipo de deficiência, física ou mental, na rede regular de ensino pode ser um começo para outras transformações não somente de pensamentos mais também de atitudes.

Schwartzman (1999) relata que, ao se propor uma educação inclusiva, se pressupõe um olhar diferente para a educação. A escola passa a ser o lugar democrático, onde se compartilham o conhecimento e as experiências com o diferente e quem ganha com a inclusão são todos os cidadãos, pois, com o contato se aprende a respeitar todos, através do exercício da tolerância, os que durante muito tempo, estiveram excluídos; não somente os que possuem deficiências visíveis, mas todos os excluídos e discriminados do processo de socialização. A autora entende que, com o devido acompanhamento, os indivíduos incluídos podem se tornar cidadãos úteis à comunidade, mesmo que seus progressos não atinjam os patamares das crianças ditas “normais”.

Para Werneck (1997) evoluir é perceber que incluir não é tratar igual, pois as pessoas são diferentes. Alunos diferentes terão oportunidades diferentes, para que o ensino alcance os mesmos objetivos. Incluir é abandonar estereótipos.

Já se sabe que o preconceito se dá pela falta de informação, e até mesmo pela insegurança, pois o ser humano tende a temer aquilo que não conhece. E é por isso que a inclusão de crianças com deficiência nas escolas de ensino regular é tão importante, pois as crianças serão introduzidas de maneira mais natural possível, criando um pensamento mais consciente nas crianças.

A exclusão, muitas vezes, é percebida, especialmente, durante as aulas de Educação Física. Os docentes em Educação Física geralmente esperam em sua prática os aspectos mais

generalizantes das atividades físicas, onde se visa o desenvolvimento de habilidades psicomotoras e até mesmo socializantes. Ao se deparar com alunos com necessidades educacionais especiais, acaba por aumentar a distância entre aptidão e inaptidão física, o que auxilia na promoção do preconceito e na exclusão.

Mas, é importante ressaltar que, de acordo com Pontes (2020), no âmbito escolar, a prática de exercícios físicos é considerada fundamental para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e motor dos alunos, oportunizando também um ambiente favorável para desenvolver a cooperação, a socialização, a coletividade e o respeito entre eles, independentemente de qualquer limitação física.

Souza (2004) relata que a inclusão dos alunos com deficiência nos ambientes educacionais e principalmente nas aulas de Educação Física é uma realidade cada vez mais marcante. A disciplina se apresenta como um foro para celebrar as diferenças corporais, oferecendo oportunidades de ressignificar, divulgar e fortalecer valores e manifestações que perpetuem a expressão de identidades, a valorização da cultura e do direito do cidadão brasileiro.

Muitos espaços sociais foram negados à pessoa com deficiência, principalmente o espaço educacional escolar, em especial as aulas de Educação Física. Ter acesso a um sistema educacional inclusivo em todas as etapas da educação, em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico e social, pressupõe a adoção de medidas de apoio específicas para garantir as condições de acessibilidade necessárias à plena participação e autonomia dos estudantes com deficiência (GORGATTI, 2008).

2.2. PROCESSO DE INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

No âmbito escolar, a prática de exercícios físicos é considerada fundamental para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e motor dos alunos, oportunizando também um ambiente favorável para desenvolver a cooperação, a socialização, a coletividade e o respeito entre eles, independentemente de qualquer limitação física (PONTES, 2020).

Rodrigues (2003) diz que a Educação Física não pode estar indiferente ou neutra no processo de inclusão educacional. Agindo desta forma, ela pode se constituir em um obstáculo adicional para a implementação do processo. Sabe-se que, historicamente, a disciplina contribuiu com o processo de exclusão. Rechinelli et al (2008) relatam que, durante o governo militar, de abordagem militar e higienista, aqueles que não se encaixavam no padrão de normalidade eram proibidos de participar das aulas. Não foi diferente, também, segundo os

autores, no período em que evidenciou a abordagem tecnicista, onde somente os mais habilidosos eram valorizados.

Para Rodrigues (2003) a partir da abordagem desenvolvimentista a educação surgem as primeiras propostas em favor da inclusão. Tanto Rodrigues (2003) quanto Richineli et al (2008) percebem em outras abordagens educacionais, como a construtivista, a crítico- superadora e sistêmica, propostas voltadas à inclusão, em especial, quando tratavam dos princípios relativos à diversidade e participação de todos, independente das diferenças.

É relevante perceber que, quanto à elaboração de políticas públicas acerca do processo de inclusão educacional, a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) e os demais documentos oriundos dela, trouxe grande avanço. Rechinelli et al (2008) relatam os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) (BRASIL, 1998) são os primeiros documentos oficiais que propõem efetivamente práticas pedagógicas voltadas à diversidade propondo a inclusão a partir de uma Educação Física aberta a todos, independente das diferenças. De maneira geral, os objetivos dos PCN's favorecem a inclusão ao apontar o respeito ao outro, a cooperação e a solidariedade.

Entretanto, como afirma Rodrigues (2003), existe grande distância entre a elaboração de documentos e a prática pedagógica. O autor diz que há grande diferença entre o discurso teórico e a realidade prática. No caso específico da Educação Física, Rodrigues (2003) relata que a disciplina oportuniza maior liberdade para que o docente possa planejar e organizar formas de atuação que promovam a inclusão. Outro ponto de relevância é o fato de que os professores são vistos como profissionais que desenvolvem atitudes positivas perante seus alunos que nas demais disciplinas, além de permitir maior participação dos alunos nas atividades, mesmo daqueles que possuem dificuldades.

É claro que não há homogeneidade quando o objeto de trabalho é o ser humano. Aguiar e Duarte (2005) dizem que as barreiras para a efetivação do processo de inclusão educacional vão da formação dos professores, que raramente engloba aspectos referentes a Educação Inclusiva na vida acadêmica. Geralmente, segundo os autores, nos conteúdos acadêmicos não contém informações sobre as diversas deficiências, impedindo o exercício para a resolução concreta de problemas que, provavelmente serão encontrados. Somado a isso, há grande deficiência em encontrar profissionais de apoio formados em Educação Física, Rodrigues (2003) relata que a grande maioria de profissionais de apoio são formados em outras áreas.

É fato, também, que mesmo tentando incluir, as aulas de Educação Física acabam sendo, por si só, excludentes. É muito raro na maioria das cidades brasileiras, em especial nas de pequeno e médio porte, haver incentivo para esportes paraolímpicos através da adaptação de esportes. De maneira geral, as cidades e, também, as escolas dessas cidades, prevalece a cultura

competitiva, que também se tornam fator de exclusão (RODRIGUES, 2003). Desta forma, aquilo que se desenvolve no interior das escolas somente possibilita a exclusão daqueles que não se enquadram nos padrões esperados.

Em estudo realizado com 67 assistentes técnicos pedagógicos de Educação Física de Diretorias de Ensino do Estado de São Paulo, Aguiar e Duarte (2005) chegaram à constatação de que 82,1% tinham conhecimentos sobre educação especial e Educação Física Adaptada. Desses, 62,7% obtiveram estes conhecimentos através de palestras; 47,8% em leituras independentes; 38,8% por outras fontes. Em cursos de extensão, foram 29,9%; graduação 13,4% e, em cursos de especialização, 7,5%. Para as respostas, os participantes puderam assinalar mais que uma alternativa.

Sobre o conceito de inclusão, os autores relatam que 70,1% não tinham conhecimento acerca da concepção do termo, enquanto 29,1% demonstraram alguns conhecimentos básicos sobre inclusão escolar. Um dado importante relatado por Aguiar e Duarte (2005) é a existência de alunos com necessidades especiais, de acordo com as respostas de 71,6% dos entrevistados, enquanto apenas 28,4% disseram não haver em suas escolas. Da totalidade de entrevistados, 62,7% relataram não possuir conhecimentos suficientes para trabalhar o processo de inclusão em suas aulas, não se sentem preparados. Um resultado grandemente positivo na pesquisa é que 97% dos entrevistados acreditam que a participação de alunos com necessidades especiais em aulas de Educação Física auxilia no processo de inclusão e, à partir daí, oportuniza a aproximação à comunidade escolar, facilitando a socialização, a cooperação e a aceitação mútua entre os alunos.

Rodrigues (2003) salienta, porém, a necessidade de conhecimentos para que haja a atuação correta na forma de agir em cada situação que vai se apresentando, de acordo com as especificidades de cada aluno. O autor destaca que a educação motora proporcionada pela Educação Física é um direito de todos. Para tanto, não deve ser uma opção descartável ao passo que nenhum aluno deve ser dispensado dela. Outro ponto de relevância, segundo o mesmo autor, é o de que o futuro profissional deve ser formado para conhecer e aplicar conteúdos relacionados com o que se deseja que ele seja como profissional.

De acordo com Mariano (2022) os últimos anos trouxeram grandes mudanças educacionais, principalmente na disciplina de Educação Física. Os avanços podem ser percebidos pelas políticas públicas que vêm se desenrolando nas últimas décadas, como a LBI, Lei Brasileira de Inclusão, de 2015, que legalmente, assegura às pessoas com deficiência a oferta de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, de acordo com as características, interesses e necessidades de aprendizagem. Este é um passo

valeroso para a ampliação das relações sociais e de igualdade de oportunidades para a participação plena, com autonomia.

Novamente, é imprescindível que as escolas e professores devem estar preparados para atuar com uma consciência inclusiva, seja em relação à acessibilidade arquitetônica, na aquisição de tecnologias assistivas e materiais pedagógicos acessíveis e nas situações didático pedagógicas (MARIANO, 2022). É necessário, também, a colaboração e cooperação de todos os envolvidos na comunidade escolar e no processo educacional: escola, alunos, profissionais da educação, da saúde, familiares ou responsáveis, como uma rede de apoio que vise a promoção da equidade entre todos os alunos.

2.3. O QUE TRABALHAR NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM PROL DA INCLUSÃO?

No contexto exposto anteriormente, o professor de Educação Física não pode ficar alheio a este processo. O profissional deve buscar novos conhecimentos, diversificar atividades, propor novas estratégias para que suas aulas promovam a inclusão. Uma vez em que a inclusão se configura como uma realidade no interior do espaço escolar, a Educação Física deve apoiar na promoção do desenvolvimento cognitivo, afetivo, emocional, social e psicomotor dos alunos, oportunizando a participação efetiva nas aulas e demais eventos relativos à disciplina (RICHINELI et al, 2008).

Mariano (2022) diz que a Educação Física pode quebrar paradigmas sobre a inclusão. A autora não concorda com uma “educação física adaptada” dentro do ambiente escolar e, sim, numa Educação Física que considera as singularidades e especificidades de cada aluno em todas as atividades, espaços e materiais, para que todos possam realizar as atividades propostas. Isto, para Mariano (2022) é uma educação plena.

Atualmente, o documento que merece destaque no Brasil é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Se trata de um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2017).

Por este documento, a Educação Física escolar para o Ensino Fundamental aborda a expressão dos alunos através das práticas corporais, que possibilitam experiências sociais, estéticas, emotivas e lúdicas, essenciais para a Educação Básica. A disciplina, como área de conhecimento, faz parte da área das Linguagens, juntamente com língua portuguesa, Língua

Inglês e Artes, o que permite aos alunos o acesso ao conhecimento, sentido e significado das manifestações da cultura corporal de movimento.

Nas aulas de Educação Física devem ser trabalhadas as práticas corporais de acordo com as diferentes formas de expressão social e devem possibilitar aos estudantes a construção de um conjunto de conhecimentos sobre seus movimentos, de modo a desenvolver autonomia sobre a cultura corporal de movimento, para o cuidado de si e dos outros, atuando de forma autônoma e confiante na sociedade, através das diversas finalidades humanas que envolvem o corpo em movimento (BRASIL, 2017).

Mariano (2022) diz que o diferencial da Educação Física frente às demais disciplinas é que ela não se restringe à racionalidade científica que costuma nortear as práticas pedagógicas, mas vai além e proporciona experiências mais amplas que envolvem cultura, lazer e saúde.

Uma das especificidades dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º) é o aumento no número de professores a que os alunos têm contato. Sendo assim, a forma de trabalhar a Educação Física precisa ser diferenciada. No currículo do Estado de São Paulo (2010), as unidades temáticas para o 6º e 7º anos são brincadeiras e jogos, em especial, jogos eletrônicos; esportes, ênfase em atividades esportivas de marca, precisão, invasão e técnico- combinatórios. Na unidade ginástica, é evidenciado o condicionamento físico; em danças, as modalidades urbanas; na unidade lutas, são trabalhadas as lutas brasileiras. Nos 6º e 7º anos, é acrescentada a unidade aventura, onde são trabalhadas as práticas corporais de aventura urbanas.

No 8º e 9º anos, na unidade esportes, são evidenciados os esportes de rede/parede, de campo e taco, invasão e combate; na unidade ginástica, condicionamento físico e consciência corporal; na dança, a dança de salão; na unidade lutas, as mais variadas e diversificadas lutas do mundo e, na unidade práticas corporais de aventura, o enfoque é a atividades realizadas na natureza.

O profissional de Educação Física deve ter o olhar, o cuidado e o comprometimento para as particularidades que cada aluno necessita. Para Rodrigues (2003), o modo de execução pode ser diferenciado, como as distâncias e alturas minimizadas, os pesos e as formas dos objetos modificados e a quantidade de execuções diminuídas. O respeito às individualidades faz parte do processo educativo e, desta forma, é possível promover os diferentes tipos de aprendizagem e a cooperação. A educação física deve ser para todos, voltada à aprendizagem e à aquisição de novos conhecimentos, por meio de trocas de experiências coletivas e individuais.

Temas como competição e avaliação podem e devem surgir no planejamento das aulas de Educação Física, mas também é necessário e possível saber lidar com a competição de forma

saudável, sem que leve à exclusão de ninguém. O próprio fato de que em uma competição há perdedores e vencedores são experimentações saudáveis se, através de suas aulas, o docente consegue trabalhar as relações, proporcionando aos estudantes a percepção da presença do outro, as diferenças e o direito de todos adquirirem conhecimento (MARIANO, 2022).

Aguiar e Duarte (2008) relatam que cabe ao professor de Educação Física mediar as relações, estimulando as crianças e adolescentes a externarem suas experiências frustrações, dificuldades e sucessos nas atividades das aulas. Essa aproximação com os alunos permite que o docente desenvolva o cuidado necessário no atendimento de todos os seus alunos.

3. CONCLUSÃO

O que se pôde concluir através da realização deste trabalho é que ainda há uma grande distância entre a discussão teórica e prática no que diz respeito à inclusão educacional. Há algum tempo, inúmeros esforços vêm sendo feitos para que a inclusão se efetive no ambiente escolar. As barreiras encontradas pelos profissionais são enormes, mas, embora se reconheça o despreparo de profissionais e da própria escola, nas aulas de Educação Física o docente tem possibilidades de promover ambiente inclusivo, pela própria especificidade da disciplina.

A persistência é fundamental para que o processo de inclusão educacional aconteça. Embora de maneira lenta e gradual, este processo só ocorrerá através da conscientização de todos os elementos do processo educativo. É necessário que todos não somente aceite e valorize as diferenças individuais, mas que aprendam a conviver com a diversidade humana por meio da compreensão e da cooperação.

As aulas de Educação Física são apreciadas pela grande maioria dos alunos e, o docente preocupado com a aprendizagem de todos os seus alunos e exercitando a consciência inclusiva, terá a possibilidade em auxiliar de forma efetiva para o processo de inclusão educacional.

Em seu plano de ensino o docente deve prever as diferenças inerentes à espécie humana e trabalhar positivamente com essas diferenças, para que perdendo ou ganhando, chegando primeiro ou por último, conseguindo ou não, suas aulas se configurem em momentos de aprendizagens efetivas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J.S; DUARTE, E. (2005) **Educação inclusiva: um estudo na área da Educação Física**. Disponível em < [http: www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br). Acesso em 23 de abril de 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Brasília – Ministério da Educação e do Desporto. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9394/96. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação, (1998). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.

DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira. **Para ensinar Educação Física: possibilidade de intervenção na escola**. Campinas: Papirus, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GORGATTI, Márcia Greguol. **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. 2ª ed. Barueri: Manole, 2008.

MARIANO, R. B. **Políticas de inclusão e a docência em educação física: uma reflexão sobre as práticas**. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 261-267, set. 2020.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

MONTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola**. In: inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. David Rodrigues (org.). São Paulo, 2006.

OMOTE, S. **Normalização, integração, inclusão**. Ponto de Vista. Vol. 1, nº 1, p. 4-13,

1999. RODRIGUES, N. **Lições do Príncipe e outras Lições**. 13ª ed. Cortez Editora: 1991.

PONTES, Tiago Magalhães. **Educação Física Inclusiva: a informação é a chave para a inclusão** (2020). Revista Educação Pública. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos> Acesso em 24 de março de 2023.

RECHINELI, A. et al. **Corpos deficientes, eficientes e diferentes: uma visão a partir da Educação Física**. Disponível em < <http://www.scielo.com.br>. Acesso em 23 de abril de 2023.

RODRIGUES, D. **A Educação Física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas**. Disponível em < <http://www.scielo.com.br>. Acesso em 23 de abril de 2023.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHWARTZMAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie: Memnon, 1999.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 21ed.rev. e ampl., São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, S. B. **Educação Física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 25, nº 3, 2004.

TESSARO, N. S. **Inclusão escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

WERNECK, C. **Muito prazer eu existo**. Rio de Janeiro: WVA, 1993.